



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

CONFIGURAÇÃO SOCIOTERRITORIAL, ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO: reflexões a partir do caso de Montreal (Canadá)

Autores:

RENATA BRAUNER FERREIRA - UFT - renatabrauner@yahoo.com.br
- UFT - renatabrauner@yahoo.com.br

Resumo:

Este artigo pretende desenvolver o quadro histórico e teórico sobre o chamado Modelo Quebequense de Desenvolvimento, apresentando suas características, sua configuração socioterritorial e destacando um tipo de governança chamada de compartilhada ou tripartite. Enfatizar-se-á o desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos em Montreal, e a importância da questão territorial, buscando refletir sobre a relação entre os territórios e vínculos sociais na cidade. Abordar-se-á a emergência da participação cidadã a partir do vínculo socioterritorial para a mobilização e promoção da capacidade de agir da comunidade. Metodologicamente, recorrer-se-á, principalmente, a revisão de literatura sobre o tema à luz das questões e conceitos como os de governança, movimentos sociais e configurações socioterritoriais e o diálogo com as fontes primárias como relatórios oficiais relativos ao Quebec, à cidade de Montreal, como documentos produzidos pelos órgãos estatais nas diferentes instâncias e demais dados relevantes levantados para este estudo.

CONFIGURAÇÃO SOCIOTERRITORIAL, ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO:

reflexões a partir do caso de Montreal (Canadá)

No Quebec desde há algumas décadas está presente o debate político, econômico e social sobre os fundamentos, a eficiência e a sobrevivência – ou não – do modelo de desenvolvimento chamado ‘modelo quebequense’.

Abordar-se-á, ainda que, brevemente, o contexto histórico de emergência deste modelo de desenvolvimento, bem como, apresentar algumas características dos movimentos sociais comunitários urbanos de Montreal e a relação destes movimentos com práticas democráticas descentralizadas e territorializadas, baseadas na concertação e nas parcerias.

Para Bouchard et al. (2005) no Quebec o desenvolvimento econômico comunitário conheceu uma institucionalização rápida ao longo dos anos 1980 e 1990. Atualmente, ele vem sendo questionado por uma concepção neoliberal de desenvolvimento que perpassa, aliás, não só o Estado do Quebec, mas, a situação política e econômica em nível mundial.

Este estudo está dividido em três partes: na primeira parte apresentar-se-á, em linhas gerais, a definição e alguns elementos do modelo de desenvolvimento quebequense, em uma segunda parte abordar-se-á os a trajetória dos movimentos sociais urbanos em Montreal a partir deste modelo e na terceira parte ressaltar-se-á a multiplicação das organizações comunitárias que, baseados numa indissociabilidade entre território e vínculo social, avançaram nas demandas pela democratização social e mobilizaram vários setores da sociedade civil.

MODELO DE DESENVOLVIMENTO QUEBEQUENSE: ALGUNS ELEMENTOS PARA A REFLEXÃO

A província do Quebec faz parte do Canadá, mas guarda algumas particularidades, distinguindo-se das outras regiões do país, por algumas características específicas: é majoritariamente de língua francesa, no restante do país a língua predominante é o inglês, seu sistema jurídico é inspirado no código napoleônico e não na “common law” que prevalece nas outras províncias do país, sua tradição religiosa é católica diferente do Canadá

inglês que é de maioria protestante. Outra distinção importante é a de seu modelo de desenvolvimento econômico: sua estrutura econômica está baseada, em empresas privadas, mas, também, igualmente, sobre algumas grandes empresas públicas e sobre numerosas empresas cooperativas e de economia social (KLEIN et al., 2009, p. 1).

Segundo Lévesque (2001b) a análise do conjunto de pesquisas dos últimos anos nas mais diversas temáticas – por exemplo, pesquisas sobre os atores sociais, sobre o Estado, a centena de estudos de caso sobre relações de trabalho, relações de consumo e relações com o território – permitem sustentar a hipótese de que um novo modelo de desenvolvimento teria sido posto em prática no Quebec, um modelo que poderia ser qualificado como parthenarial – ou seja, de parcerias – e/ou compartilhado¹, um modelo que veio a se distinguir tanto do modelo keynesiano ou fordista cuja grande referência é a chamada Revolução Tranquila, quanto do modelo neoliberal, mesmo que este último venha se impondo ao longo dos últimos anos.

Lévesque (2001b) deixa claro que ao se denominar a configuração quebequense como um “modelo de desenvolvimento” não o está fazendo em um sentido normativo, ou como um modelo a imitar, mas sim no sentido de que este “modelo” constitui uma configuração que reúne diversos elementos e cuja coerência resulta de uma construção teórica feita a posteriori conforme o método de tipo ideal de Weber (1965, apud LÉVESQUE, 2001b).

Para uma melhor compreensão do “modelo quebequense” faz-se necessário conhecer ainda que brevemente um pouco da história do Quebec, pelo menos, a partir do período histórico denominado de Revolução Tranquila ou Silenciosa.

A história do Quebec é marcada por disputas territoriais, políticas, econômicas, religiosas e culturais, ora contra a Coroa Britânica, ora contra o próprio Canadá anglófono, pelo fato de ser uma província majoritariamente francófona, em um país majoritariamente anglófono. Em praticamente toda a província do Quebec predominava a soberania dos anglófonos e o poder da Igreja Católica – isso teria estimulado o nacionalismo quebequense levando a província à chamada Revolução Tranquila² na segunda metade do século XX (CÔTÉ E SIMARD, 2010).

Mudanças significativas se produziram no Quebec após a Revolução Tranquila, por exemplo, no que se refere a economia houve uma evidente alteração na estrutura de poder entre anglófonos e francófonos o que pode ser observado nas seguintes cifras: de 1961 a 1987 o controle dos francófonos no Quebec no conjunto da economia passa de 47,1% à 61,6 % e no setor financeiro o controle passa de 25,8% à 58,2% (LÉVESQUE et al. 1999).

¹ Optou-se pela tradução de parthenarial como compartilhado.

² Convém esclarecer que o episódio conhecido como Revolução Tranquila não foi exatamente o que a literatura chamaria de Revolução propriamente dita, e sim, trata-se do período histórico que teria começado, institucionalmente, a partir da eleição do Partido Liberal ao poder em 1960 e que teria trazido mudanças significativas na relação de forças entre anglófonos e francófonos. O partido eleito empenhou-se em alterar o jogo de poder, até então dominado quase que exclusivamente pelos anglófonos, levando o Quebec a uma nova configuração na qual os francófonos foram conquistando cada vez mais espaço.

Naquele momento a Província do Quebec assumiu um papel de Estado Providência nos moldes keynesianos, houve, também uma ruptura entre o Estado do Quebec e a Igreja Católica, considerada como responsável, ao lado dos anglófonos, pelas condições precárias e de opressão em que vivia a população francófona, estas mudanças vieram acompanhadas de um recrudescimento de uma identidade nacional quebequense³.

Após 1960, afirmam Lévesque et al. (1999), uma série de iniciativas foi tomada por governos sucessivos e pelos próprios atores sociais em torno do desenvolvimento do Quebec, o que teria levado a constituição de um “modelo quebequense de desenvolvimento” cuja unidade estaria assegurada por compromissos articulados em torno do intervencionismo estatal, do nacionalismo econômico, de uma democratização dos serviços públicos e de uma modernização da economia e da infraestrutura. Nas palavras dos autores: “Inspirada por um enfoque keynesiano na economia e por aquele de Beveridge no social, este modelo estabeleceu um padrão hierárquico e centralizador” (LÉVESQUE et al. 1999, p. 2). Segundo Bouchard et al. (2005) o chamado “modelo quebequense” pode ser dividido em duas etapas: a primeira chamada de fordista ou providencialista (1960-1980) caracterizado por uma governança hierárquica e pública e o segundo momento chamado de modelo compartilhado (1981-2003) marcado por uma governança compartilhada, ou seja, baseada na concertação e na parceria entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.

Esses conceitos de concertação e de parceria no Quebec têm definições bastante formais e quando houver referência a qualquer uma delas estar-se-á remetendo a essas definições a seguir:

- concertação: um processo coletivo baseado numa relação estruturada e duradoura entre atores sociais autônomos que aceitem compartilhar informações, discutir problemas e questões específicas, seja em termos de área de interesse, ou em termos de território, afim de adotarem objetivos comuns e ações que possam levar ou não a uma parceria (BOURQUE, 2010 – tradução livre da autora);
- parceria: é uma relação de troca estruturada e formalizada (por contrato ou acordo formal) entre atores sociais (comunitário, econômico, social, institucional, privado) envolvidos em um intento comum visando o planejamento, a realização e/ou a avaliação de atividades ou de serviços (BOURQUE, 2010 – tradução livre da autora);

O “modelo quebequense” de então apoiou-se igualmente sobre um compromisso entre o patronato e os sindicatos a fim de modernizar as empresas. Bouchard et al. (2005) afirmam que a intervenção do Estado foi percebida como necessária ao desenvolvimento econômico, mas, também para freiar as desigualdades sociais e regionais.

O Estado quebequense tornou-se assim um impulsionador para o desenvolvimento econômico e social através das políticas de desenvolvimento regional, da divisão dos lucros

³ Para Cotê e Simard (2010), esta luta quebequense de sobrevivência dos “negros brancos da América” teria caráter nacionalista, mas também, faria exigências sociais e políticas, reivindicando o acesso à função pública, aos cargos políticos, ao comércio, à indústria, assim como, reivindicavam a propriedade de terras que, pelo menos até metade do século XX, era reservada somente aos anglófonos. A população francófona majoritária estava, até então, alijada de direitos políticos e, mesmo econômicos, sendo a ela relegadas somente as atividades agrícolas e a criação de animais.

com os trabalhadores, do reconhecimento dos sindicatos assim como do acesso amplo e a gratuidade no domínio dos serviços (BOUCHARD et al. 2005).

No Quebec, o modelo fordista, coloriu-se de uma concertação que incluiu o patronato e os sindicatos com o objetivo de modernizar as empresas e impulsionar o desenvolvimento regional, mas, a partir de um determinado momento este modelo começou a ser questionado pelos movimentos sociais, pois, o desenvolvimento gerado acabou sendo desigual passando a sofrer duras críticas em sua estratégia de desenvolvimento de tipo descendente (top-down).

O movimento comunitário começa a se engajar no desenvolvimento econômico comunitário de bairros pobres e a crise das finanças públicas leva o Estado a estabelecer compromissos com os atores da sociedade civil para a implementação e, eventualmente, para a concepção de políticas públicas. Assim, vai ganhando espaço o modelo compartilhado que se funda sobre o tripé Estado-mercado-sociedade civil, mas no qual esta última passa a reivindicar maior acesso às decisões em um modelo de tipo ascendente (bottom-up) (BOUCHARD et al. 2005).

Os anos 1980 foram marcados por uma grave recessão econômica e, ao mesmo tempo, por uma crise mais estrutural do modo de produção e de consumo herdados do Estado-Providência. Logo, os movimentos sociais passaram a criticar a centralização do sistema, sua programação de serviços padronizados, suas relações hierárquicas, assim como, a ausência de práticas democráticas. De tal modo que a capacidade de combinar de maneira original os princípios de justiça social, de participação, de autonomia e de inovação social, acabaram fazendo dos movimentos sociais, atores centrais na busca de vias alternativas ao liberalismo e ao providencialismo (JETTÉ, 2007).

Neste contexto, o Estado desempenhou um papel de animador e catalisador, assegura Lévesque (2004), favorecendo a multiplicação de acordos entre parceiros econômicos e não econômicos e fornecendo o necessário para o desenvolvimento de ferramentas e de aprendizagens coletivas. Portanto, nesta segunda etapa, chamada de compartilhada, a intervenção do Estado na economia não teria desaparecido, inclusive, teria se mantido ou até aumentado em algumas situações, no entanto, segundo modalidades diferentes daquelas do modelo fordista de inspiração keynesiana.

Assim, este modelo compartilhado caracterizar-se-ia pelo reconhecimento de uma pluralidade de atores coletivos. Distinguir-se-ia, também pela regionalização, pela descentralização, por uma certa socialização do mercado, por uma abertura para uma economia social e plural, por uma democratização das relações de trabalho, por uma revalorização da formação e uma profissionalização do trabalho, por uma intervenção estatal situada e, ainda, por uma multiplicação de lugares de deliberação com os atores sociais (BOURQUE et al. 1999).

Lévesque et al. (1999) asseveram que, assim, o papel do Estado é transformado, passando de uma intervenção estatal externa em relação a sociedade civil para uma atuação alinhada a uma multiplicidade de lugares de deliberação.

Sob a pressão dos movimentos sociais, afirmam Lévesque et al. (1999), o Estado do Quebec dos anos 1990 foi obrigado a reconhecer uma pluralidade de atores sociais organizados. E estes atores tiveram um papel determinante para encorajar a difusão das inovações que surgiram, mais do que nunca na escala local. Continua o autor:

Os Conselhos Regionais de desenvolvimento, as Mesas Setoriais de concertação, os Comitês setoriais de mão de obra e a Sociedade Quebequense de desenvolvimento da mão de obra, depois, as Comissões de parceiros do mercado de trabalho, os Centros Locais de Emprego (CLE) e os Centros Locais de Desenvolvimento (CLD) são novos espaços onde os atores representativos da sociedade civil podem participar na elaboração e, depois, na própria implementação das estratégias de desenvolvimento (LÉVESQUE et al. 1999, p. 6 – tradução livre da autora).

Segundo Lévesque et al. (1999) o Estado, neste novo modelo, seria considerado como um parceiro convidado a valorizar a sociedade civil e a democracia social. A chamada concertação dos atores sociais teria sido exigida por estes últimos não apenas para sair da crise, mas, também para criar espaços públicos onde fosse possível contribuir para a formulação e para a implementação de políticas públicas, no entanto, os mencionados atores advertem que: “este novo modelo não ambiciona sair do capitalismo, mas as diferenças entre ele e o neoliberalismo são suficientemente grandes para suscitar o engajamento daqueles e daquelas que estão dispostos a trabalhar por uma sociedade mais humana” (LÉVESQUE et al. 1999, p. 6).

Em síntese, o modelo quebequense assentar-se-ia sobre ao menos três eixos principais cuja importância de cada um deles varia segundo a conjuntura: a intervenção do Estado, a concertação e o nacionalismo quebequense (LÉVESQUE, 2004).

O MODELO QUEBEQUENSE E OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM MONTREAL: A RELEVÂNCIA DO TERRITÓRIO

No Quebec a expressão “organização comunitária” é utilizada para designar práticas sociais desenvolvidas por organizações sem fins lucrativos (OSBL) direcionadas a pessoas e comunidades sob uma base local ou regional. Organizados em comitês de cidadãos ou grupos de defesa de direitos, estas organizações intervêm a partir de uma base territorial e/ou a partir de problemas específicos, como saúde, habitação, desenvolvimento local, etc. Estas práticas, segundo Jetté (2007), procuram se tornar alternativas àquelas consideradas excessivamente burocráticas do setor público:

Entende-se como comunidade, no sentido aqui abordado, o conjunto das pessoas e das instituições presentes sobre um território local ou regional e, de forma alguma, restringe-se esta identidade ao pertencimento étnico, religioso ou outro. Ao contrário, estas práticas das organizações comunitárias se querem inclusivas e visam a responder as falhas das

instituições sociais e econômicas, favorecendo a coesão social ao seio da sociedade (JETTÉ, 2007, p. 96 – tradução livre da autora).

Hoje em dia pode-se dizer que, ao menos, uma convergência se estabeleceu em torno da tese de que movimentos sociais não surgem pela simples presença de desigualdade, nem resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores. Para Alonso (2009) as mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas.

Os novos movimentos sociais não considerariam mais a revolução como a grande finalidade de sua ação, mas visariam, sobretudo, a mudanças significativas não só de suas condições de vida, mas, também, da qualidade de vida.

Para o estudo dos movimentos sociais urbanos de Montreal, utilizar-se-á a definição de Hamel (1995, p. 287-288), que considera ações coletivas todas as formas que:

- defendem à defesa da integridade dos bairros indo ao encontro dos promotores do desenvolvimento urbano;
- intervêm pelo melhoramento da qualidade de equipamentos e dos serviços urbanos, inclusive, pela gestão dos mesmos;
- fazem a promoção da democracia local;
- organizam-se em favor do desenvolvimento local e de sua democratização;

O reconhecimento do setor associativo, com suas estruturas de parceria pelo Estado do Quebec, afirma Jetté (2007), é um elemento chave para a compreensão do modelo quebequense de desenvolvimento social.

As organizações comunitárias se multiplicam a partir do fim dos anos 1960, difundindo-se por todos os bairros de Montreal. A princípio, elas cobrem os aspectos vinculados às condições de vida e à gestão do social, mas, a partir dos anos 1980 suas áreas de atuação se estendem ao desenvolvimento local, à criação de empresas e à formação dos trabalhadores.

Nos anos 1970, as organizações comunitárias ganham uma dimensão maior, pois, o Estado passa a alocar recursos ao setor associativo, principalmente no domínio da saúde e do bem-estar, por intermédio de um programa de financiamento criado em 1973, o Programa de Apoio às Organizações Comunitárias (Programme de soutien aux organismes communautaires – PSOC) (JETTÉ, 2007).

O estabelecimento de novas regras entre o Estado e as associações comunitárias permite a estas conservarem seu estatuto de organizações sem fins lucrativos e preservarem sua autonomia, ao mesmo tempo, que as torna passíveis de receber subvenções

governamentais, assegurando parte de seu financiamento de base. Como afirma Jetté (2007, p. 91):

A única restrição imposta às associações é a de manter suas práticas no quadro geral de sua missão de origem. Mas no interior desta baliza, elas são livres para inovar e para experimentar novas práticas adaptadas às especificidades das pessoas e das comunidades para e com quem elas trabalham. Ainda mais importante: os arranjos financeiros e políticos não estão submetidos às aparelhagens de controle das grandes burocracias públicas (tradução livre da autora).

A partir da década de 1980 há uma relativa institucionalização dos grupos comunitários, neste momento que várias iniciativas, tanto governamentais quanto comunitárias, vão estabelecer o bairro como território de referência, e ao bairro se unirá o “arrondissement” (GERMAIN et al. 2004). Nesse estudo traduzir-se-á “quartier” como bairro e essa será a referência territorial mais importante, enquanto que ao conjunto de quartiers ou bairros – por não se encontrar uma palavra que possa traduzir em português fielmente seu significado – manter-se-á a palavra francesa: arrondissement.

Em 1986 o governo de Montreal implementou uma política que visava à democratização da gestão municipal. Essa política se articulava em torno da criação de Comitês Conseil D’Arrondissement (o arrondissement cobre de 3 a 5 bairros, esta foi uma nova forma de dividir o território concebida em uma perspectiva de descentralização de serviços) e de um Bureau de Consultation Publique – que virão a ser utilizados, por exemplo, para sondar a opinião dos cidadãos e dos grupos organizados sobre a elaboração do primeiro plano de urbanismo da cidade (GERMAIN et al. 2004).

A figura a seguir mostra a Ilha de Montreal, ela é composta da cidade de Montreal e de outros municípios. As áreas claras são municípios emancipados, e as mais escuras são os arrondissements em que é dividida a cidade. A divisão nestes termos aconteceu em 2006 após consulta popular aos residentes de cada região.

Figura 1 – Ilha de Montreal com a divisão em arrondissements e municipalidades



Fonte: Portal Montreal, 2018

O primeiro passo para a criação de uma governança local foi dado com a criação das Corporações de Desenvolvimento Econômico Comunitário (CDEC) (GERMAIN et al. 2004). Os promotores do desenvolvimento local formularam respostas práticas na escala dos bairros urbanos. Eles recorreram a uma parceria com os poderes públicos, com o meio empresarial, com os sindicatos e com os atores do meio comunitário, estabelecendo mesas de concertação e criando as CDEC. Tudo isso os levou a apelar aos programas governamentais de ajuda à formação da mão de obra e a instituir fundos de Investimentos mantidos pelo Estado – em parceria com o meio sindical – para impulsionar empresas e projetos (especialmente projetos de economia social) (FONTAN et al, 2006).

As organizações comunitárias participaram na implementação destas Corporações de Desenvolvimento Econômico Comunitário – CDEC. As CDEC têm como objetivo contribuir na resolução dos problemas de desemprego e de estagnação econômica nos antigos “bairros” industriais de Montreal e fazer frente às consequências da desindustrialização e da terceirização da economia (FONTAN apud HAMEL, 1995).

As primeiras CDEC foram criadas em três bairros periféricos de Montreal duramente atingidos pela deterioração econômica e social da crise fordista. Estes bairros apresentavam as mais altas taxas de desemprego e de fechamento de indústrias em relação ao conjunto da população. Ao mesmo tempo, no entanto, eram nestes bairros que tinham sido implantados os primeiros comitês de cidadãos ainda no início dos anos 60 (HAMEL, 1995).

Contra todas as expectativas, estas mobilizações suscitaram um novo dinamismo social nestes bairros e contribuíram a recolocar o debate sobre as prioridades do desenvolvimento econômico e as formas de desenvolvimento urbano. Estabelecendo alianças e uma concertação com os sindicatos, com os empresários e com os representantes políticos de diferentes instâncias governamentais, os líderes destes grupos foram capazes de propor uma visão social do desenvolvimento local e urbano (HAMEL, 1995).

O modelo inicial das CDEC, tal como surgiu em 1984 em Montreal, foi um produto de um movimento popular que revelou uma dinâmica nova e uma maneira igualmente nova de fazer avançar as demandas de democratização e de empowerment⁴.

As CDEC têm por missão ajudar na reinserção ao mercado de trabalho dos indivíduos excluídos dele, apoiar as empresas com o objetivo de manter e de criar empregos e mobilizar os atores locais para colocar em prática projetos de desenvolvimento local. Em síntese, os diferentes atores locais em torno das CDEC partilhariam um objetivo comum: a revitalização socioeconômica do território local (GERMAIN et al. 2004).

Na década de 1980 o crescimento no número de grupos populares e comunitários e sua diversificação constituíram um fenômeno novo e incomparável ao período precedente: entre 1973-1974 e o fim da década seguinte o número deste tipo de organização passou de 138 a 1500 somente na cidade de Montreal (BÉLANGER et al., 1992).

Assentados na premissa de que a exclusão do trabalho leva à exclusão social e política, estes grupos comunitários buscaram um novo campo de ação, ou seja, o campo do desenvolvimento econômico comunitário, vindo a questionar os postulados próprios ao modelo de desenvolvimento dos territórios impostos de cima para baixo. Nessa direção foi implementada uma estratégia de trabalho que privilegiou uma maior comunicação entre os integrantes de um mesmo setor e/ou integrantes de outros setores (privado, público) (FONTAN apud BÉLANGER et al., 1992).

Todas as organizações que desejam receber subvenções do poder público precisam se constituir como uma organização sem fins lucrativos (OSBL) e para isso devem ser geridas através de um Conselho de Administração formado por voluntários (o número de conselheiros varia conforme o regulamento da instituição), habitualmente estas organizações têm, pelo menos, dois trabalhadores permanentes pagos: um diretor e um secretário (a estrutura também vai depender do tamanho, função e estatuto da organização)⁵.

Além do financiamento público as organizações comunitárias também recebem subvenções de outras fontes, como a “Centraide du Grand Montreal⁶”, o autofinanciamento, as fundações privadas e as doações de comunidades religiosas.

No caso do Quebec destaca-se a transversalidade do social e do econômico em seu desenvolvimento, principalmente, a partir da mobilização destes grupos comunitários que

⁴ Utilizar-se-á o conceito de empowerment segundo Fortier (2009) que destaca que a palavra inglesa é utilizada para designar uma capacidade de agir e o processo para alcançá-la, isto é, a seqüência dos passos através dos quais um indivíduo ou um comunidade se apropria do poder e da capacidade de exercê-lo de maneira autônoma.

⁵ O fato de serem OSBL traz consigo algumas exigências além de de precisarem ser geridas por um Conselho de Administração formado por voluntários, também, precisam realizar uma assembleia pública anual na qual devem apresentar um relatório de atividades e um relatório financeiro (avaliado por um auditor independente) e estes documentos devem ser aprovados pela assembleia.

⁶ “Centraide du Grand Montreal” é uma organização filantrópica autônoma, fundada em 1975 e administrada por um Conselho de Administração benévolo. Ela recolhe doações junto à população para manter uma vasta rede de organismos comunitários que ajudam as pessoas e famílias em situação de pobreza em Laval, na Ilha de Montreal e na Rive-Sud. Para maiores informações acesse o web site <http://www.centraide-mtl.org/fr/a-propos/> acessado em 15 de janeiro de 2013.

privilegiavam não só o conteúdo das políticas, mas sua elaboração e trajetória, concentrando-se mais no nível do processo e não, apenas no resultado (bottom up). No curso dos últimos anos, afirmam Bouchard et al. (2005), não só no Quebec, mas também em várias outras partes do mundo, o desenvolvimento local comunitário e a economia social passaram a ser considerados partes fundamentais de uma prática orientada a partir dos princípios da democracia, das parcerias e do empowerment das coletividades locais, ressaltando que o que permitiu o elo entre estes elementos foi sobretudo o tipo de governança adotado. Os autores ainda apontam que este modo de fazer é o que parece mais apropriado à escala local e que parece realmente pertinente, contrariamente, àquele outro tipo baseado em uma governança hierárquica e centralizada.

Estes organismos sem fins lucrativos têm como público as populações frequentemente vítimas de processos de exclusão social e, para cumprir sua missão e oferecer gratuitamente seus serviços, eles precisam de financiamento público. O governo do Quebec constitui o maior provedor de fundos dos grupos comunitários

já no final dos anos 1970, foi criado um modo de financiamento e, posteriormente, esses grupos obtiveram um reconhecimento de sua experiência de intervenção junto às comunidades excluídas (Gouvernement du Québec, 1988). O processo de institucionalização dos grupos comunitários e de suas práticas inovadoras (D'AMOURS, 2000; LÉVESQUE e VAILLANCOURT, 1998; BOURQUE, 1997) são únicos no mundo e merecem nossa atenção (apud COTÊ; SIMARD, 2011, p. 27)

Segundo a Secretaria da Ação Comunitária Autônoma (SACA), existe no Quebec, atualmente, cerca de 8000 organizações comunitárias. As organizações comunitárias, assentadas em uma base territorial, favorecem a participação dos cidadãos nas questões urbanas e lutam por melhorias na qualidade de vida em seu bairro (RIVARD; FROHN, 2001).

Neste modelo de desenvolvimento o social não é somente um output, ele é input, ou seja, faz parte do processo; conforme Lévesque (2001a) as iniciativas no domínio do desenvolvimento social, inclusive, – por exemplo, uma melhora na qualidade de vida ou no ambiente de uma comunidade pode melhorar o rendimento do comércio local – podem vir a impulsionar o desenvolvimento econômico.

Lévesque (2001a) enfatiza que neste modelo o econômico não pode ser considerado, exclusivamente, a partir do mercado, assim como, o social também não pode mais ser definido, exclusivamente, em termos de custo ou de despesa social, pois, doravante, ele constitui o capital social, um investimento, uma fonte de vantagens comparativas, fornecendo um retorno elevado sobre o investimento.

Ao longo do tempo, estas instâncias se tornam lugares de aprendizagem e identidade coletivas de tal maneira que permitiram a constituição de um patrimônio imaterial, ou mesmo, de um capital social⁷. Mas isso supôs, evidentemente, que se aceitasse “perder”

⁷ No sentido desenvolvido por Pierre Bourdieu.

tempo para deliberar e que se investisse na formação de administradores e de profissionais para assegurar o processo (LÉVESQUE, 2001a).

Para Hamel (1995), embora as CDEC não constituam senão uma forma organizacional particular que os movimentos urbanos tomaram em certa época dada da história de Montreal, esta forma foi reveladora, de um lado, de sua capacidade de adaptação e de outro, da transformação dos processos econômicos e urbanos pelos quais passava a cidade. O autor ainda afirma que, neste sentido, poder-se-ia considerar que os movimentos urbanos são reveladores de novos conflitos que marcam as relações sociais com o território e aos quais a classe política não soube dar respostas satisfatórias de um ponto de vista social.

Assim, para Sénécal et al. (2008), a concertação daria um sentido ao espaço do bairro ao formular argumentos, ao justificar ações, tudo isso fazendo apelo, quando fosse relevante, à memória do lugar, a sua história, e propondo linhas de condutas baseadas na ética, no respeito aos direitos e/ou na solidariedade social. Logo, a nova representação do bairro contribuiria para a identidade e o sentimento de pertencimento ao local.

TERRITÓRIO E VÍNCULO SOCIAL

O desenvolvimento e a vitalidade do movimento comunitário é uma das características da Cidade de Montreal, desde os anos 1980. Segundo estimativas, existem 2717 organizações comunitárias hoje em Montreal, contra 1500 organizações no ano de 1980 (211 Grand Montréal, 2018) .

Na literatura sobre a importância do conceito de “bairro” para pensar os vínculos sociais, os posicionamentos costumam ir de um extremo ao outro. Desde François Ascher (1995), para quem o bairro não representaria um espaço significativo no estabelecimento dos laços sociais, até o sociólogo Anthony Giddens (1987), para quem a proximidade espacial é significativa nas relações dos indivíduos. Assim, o bairro aparece, de um lado, como sociologicamente obsoleto, e de outro, como um espaço social ainda pertinente tanto sobre o plano de relações individuais quanto de vínculos coletivos (MORIN; ROCHEFORT, 1998). Levando-se em conta a pesquisa teórica e empírica desenvolvida em Montreal, para este estudo, dir-se-ia que o posicionamento de Giddens é o que estaria mais próximo desta realidade.

No contexto social marcado pela “fragmentação da sociedade salarial” (LÉVESQUE, 1995), pelo “enfraquecimento do Estado Providência” (ROSANVALLON, 1995) e pela desfiliação social (CASTEL, 1994), aparece um “novo modelo de gestão social da exclusão” (WHITE, 1994) que interpela as “comunidades definidas territorialmente” (TREMBLAY; KLEIN, 1997) e as envolve em “ações coletivas territorializadas” (KLEIN, 1996). Nesse contexto, porque se interessar pelo bairro hoje? A mundialização da economia e o aumento da mobilidade dos capitais e das pessoas não teria como efeito a diminuição da importância do bairro na construção do vínculo social? Mesmo que os deslocamentos dos indivíduos tenham se multiplicado, tanto no interior como no exterior da cidade, isso não significa, como assinala Bernard Poche (1985), que os laços locais tenham necessariamente desaparecido. Pode ser que eles tenham unicamente se transformado. As práticas sociais

estão necessariamente territorializadas, ou seja, sociedade e espaço formam um par indissociável (apud MORIN; ROCHEFORT, 1998).

Morin e Rochefort (1998) destacam que há dois tipos de práticas mais estreitamente ligadas às definições do bairro: de uma parte, as práticas individuais do cotidiano que se referem ao bairro como um espaço subjetivo; de outra parte, as práticas coletivas de desenvolvimento comunitário que se referem ao bairro, sobretudo como um espaço objetivo.

Pode-se dizer que nem sempre os dois espaços, o subjetivo e o objetivo, coincidem. No entanto, no caso de Montreal, arriscar-se-ia a dizer que a noção de identidade está significativamente associada à questão do vínculo social e geográfico, onde há uma sobreposição do bairro como espaço subjetivo e objetivo, que é uma referência identitária muito mais importante para os montrealenses que o arrondissement. Este último, conforme registrado anteriormente, teria sido criado pela municipalidade a partir de uma lógica tecnocrática, para fins administrativos.

Os autores destacam também a importância do bairro na construção e reconstrução dos vínculos sociais, como por exemplo, no caso dos desempregados. Na sua reflexão, os autores destacam: o impacto do bairro na criação dos vínculos individuais e sobre o aporte da ação coletiva no processo que fará do bairro um fator de recomposição do vínculo social, especialmente, no caso dos indivíduos excluídos do mercado de trabalho e que são cada vez mais numerosos a estarem isolados no espaço que habitam (MORIN; ROCHEFORT, 1998, p. 104).

Os movimentos sociais urbanos em Montreal apresentam um vínculo territorial bastante significativo, desde a década de 60, quando as organizações comunitárias começaram a se multiplicar. Nos anos 1970, quando o setor associativo ganha uma dimensão maior, recebendo recursos do próprio Estado e, principalmente, após os anos 1980, quando foram se institucionalizando, estes tinham o bairro como a sua principal referência.

Morin e Rochefort (1998) destacam que muitos bairros que estavam sendo considerados em declínio foram igualmente teatro de mobilizações coletivas focadas sobre reivindicações e/ou na prestação de serviços que foram acentuadas no decorrer dos anos 1980 e 1990. O bairro foi se tornando um território de referência por um número cada vez maior de intervenções públicas na lógica da descentralização e da territorialização de programas governamentais em diversas áreas, como a saúde, o emprego, o meio-ambiente, a habitação, etc.

Nos estudos sobre a noção de bairro, há, pelo menos, duas abordagens que chamam atenção. Uma, que priorizaria as características físicas e socioeconômicas de um território inframunicipal ou, outra, que prioriza a dimensão subjetiva. Para Di Méo (1993), assinalam Morin e Rochefort (1998), esta dualidade pode exprimir-se na ênfase maior ou menor no sujeito, no indivíduo. O sujeito importaria menos quando a prioridade é atribuída mais às características físicas e socioeconômicas, tornando o bairro um território facilmente identificável pelos dados morfológicos e/ou estatísticos. No entanto, quando há uma análise

mais centrada no sujeito, o bairro seria focado como um espaço percebido, vivido, privilegiando as práticas concretas, os percursos, as representações dos indivíduos, relativizando as delimitações físico-espaciais e socioeconômicas predeterminadas. O bairro, então, seria considerado como um espaço de geometria variável em constante construção.

Morin e Rochefort (1998) ainda mencionam Giddens (1987) que evoca o “caráter contextual de interação”. Procurando encontrar um meio termo entre a preponderância dos fatores objetivos e dos fatores subjetivos, e compreendendo o bairro como um espaço funcional, como um espaço simbólico e como um espaço político, o bairro seria analisado como uma realidade multifuncional historicamente produzida.

A partir dos dados teóricos e empíricos levantados pela pesquisa aqui realizada em Montreal, é praticamente impossível afirmar que a proximidade geográfica não tenha importância. No Quebec, diferentes pesquisas demonstram o papel que a proximidade espacial pode desempenhar na constituição dos vínculos sociais.

Castel (1994) pondera que, em períodos caracterizados por uma fragilidade cada vez maior nas relações sociais, é possível considerar um crescimento nesta estratégia que faz do espaço do bairro um elemento essencial no estabelecimento de laços sociais (apud MORIN; ROCHEFORT, 1998).

Outro elemento a ser destacado no estudo de Morin e Rochefort (1998) é o de que os indivíduos que estão em melhor situação financeira e que são mais escolarizados são menos dependentes do vínculo com o local de residência, pois, já possuem outras redes sociais, embora estes outros laços também não impeçam que alguns indivíduos deem importância a seu bairro.

No entanto, os vínculos espaciais não são um dado a priori. Fortin (1994) assevera que, ao contrário dos laços de parentesco, os primeiros demandam um esforço de construção. A significação social da proximidade geográfica não é dada, ela é, sobretudo, uma possibilidade (MORIN; ROCHEFORT, 1998).

Assim, a relação entre proximidade espacial e vínculo social remete ao conceito de “integração social” tal como a define Giddens (1987), ou seja, como a rotinização espaço-temporal da prática dos atores que vivem próximos em um espaço e tempo determinados (apud MORIN; ROCHEFORT, 1998).

Segundo Morin e Rochefort (1998), há uma identificação e um sentimento de pertencimento a um espaço comum, forjando entre si um “entre nós” socioespacial: identificar-se ao seu bairro permite ao indivíduo posicionar-se na sociedade mundial, o que poderia vir a equivaler a uma forma de inclusão social, particularmente, importante para aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho, estes que não têm mais sua identificação profissional e que se encontram, muitas vezes, isolados em seu espaço residencial.

Para Parazelli (1996) o bairro compreendido como “espaço de transição” constituiria um intermediário entre o indivíduo e o mundo exterior, e favoreceria a construção de um

sujeito diferenciado com uma identidade singular, o que seria premissa do vínculo social. O autor continua afirmando que o potencial de transição deste espaço repousaria sobre três condições: a reciprocidade das relações sociais, a confiança entre os indivíduos e a apropriação socioespacial (apud MORIN; ROCHEFORT, 1998).

Como demonstrado anteriormente, em Montreal, o bairro constitui não somente um espaço de práticas individuais inscritas no cotidiano, mas também um referencial territorial da ação coletiva associada aos movimentos urbanos e ao desenvolvimento comunitário.

O bairro se torna cada vez mais um referencial territorial para intervenção pública que se apoia sobre as organizações comunitárias em um contexto de descomprometimento e encolhimento do Estado.

Morin e Rochefort (1998) destacam os dois grandes posicionamentos em relação ao processo de institucionalização das organizações comunitárias. O primeiro afirmaria que esse processo de institucionalização seria uma oportunidade de redefinir as relações entre Estado, mercado e sociedade civil no quadro de um novo contrato social, o que permitiria, então, ampliar o campo da ação coletiva. Já o segundo alegaria que as organizações comunitárias, ao recorrerem cada vez mais ao Estado em busca de financiamento, marcaria o retorno a uma ação comunitária individualizada, na qual cada vez mais os indivíduos são tratados como clientes ou beneficiários dos serviços e menos como colaboradores.

Embora os autores acima apresentem esta discussão há mais de uma década, este debate ainda está presente na literatura contemporânea sobre as organizações comunitárias e também perpassou grande parte das entrevistas realizadas para este estudo.

Morin e Rochefort (1998) advertem que, no entanto, a ação coletiva não pode fazer do bairro um espaço de identificação se as três condições evocadas anteriormente – ou seja, a reciprocidade das relações, a confiança entre os indivíduos e a apropriação social do lugar – não forem respeitadas. Apontam, também, que um dos efeitos perversos, possíveis, do processo de institucionalização da ação coletiva seria o de reduzir esta última a somente intervenções do tipo programadas e/ou controladas, abafando, assim, seu potencial de construção identitária.

Morin e Rochefort (2003, p. 268) dirigindo-se, na maior parte dos casos, às populações “fragilizadas” de bairros “sensíveis”, perguntam-se se os serviços de “proximidade” poderiam contribuir na construção de uma “identidade de bairro”, favorecendo um fortalecimento do “nós” socioespacial e das relações tecidas entre os indivíduos que pertencem a este “nós”.

Esta noção de ‘serviço de proximidade’, é sobretudo utilizada na França e desenvolveu-se no Quebec no interior dos debates sobre a economia social no setor comunitário. A noção de proximidade possui vários sentidos, pode estar relacionada à viabilização da oferta de serviços segundo uma lógica territorial, na intersecção da proximidade geográfica, da proximidade social e/ou da proximidade institucional; pode referir-se a uma proximidade objetiva, definida como um enraizamento no território local ou

na vizinhança e uma proximidade subjetiva que destaca sua dimensão relacional e a produção conjunta de um serviço (FRÉCHETTE, 2002a).

Os serviços de “proximidade” são considerados como uma das vias possíveis para diminuir o impacto dos efeitos da crise pela qual passa a maior parte dos países industrializados, ou seja, uma crise de emprego, uma crise do Estado-providência e uma crise em alguns bairros urbanos (FAVREAU, 1994). Este tipo de serviços compreende uma vasta gama de atividades, como a assistência domiciliar, a preparação de refeições, a creche, a reciclagem de resíduos sólidos e as atividades de lazer e/ou culturais (MORIN; ROCHEFORT, 2003).

No entanto, seria um erro reduzir o papel e a importância das organizações comunitárias a simples oferta de serviços diretos à população, assevera Savard (2007), pois, embora estes serviços tenham grande importância, as organizações comunitárias – sobretudo aquelas associadas ao movimento comunitário autônomo – devem ser reconhecidas, igualmente, por sua capacidade de mobilizar os indivíduos e as coletividades para atuarem no seu próprio desenvolvimento individual e coletivo e em suas comunidades.

Esta questão, afirmam Morin e Rochefort (2003), parece-lhes, ainda mais pertinente, em um contexto de recuo do Estado e de reorganização deste em matéria de intervenção nos problemas sociais. No caso, então, os serviços de “proximidade” – que se inscrevem na economia social e solidária – seriam chamados a multiplicar-se e a tomar o bairro como referência territorial em meio urbano? Logo, seria oportuno, questionar se a “utilidade social” desses serviços não ultrapassaria a resolução de uma necessidade objetiva e se seu “valor agregado” não residiria, justamente, na sua contribuição para a coesão social do bairro.

Para Morin e Rochefort (2003) muitos motivos podem explicar a valorização da intervenção baseada no critério geográfico. Isto pode, em primeiro lugar, ser utilizado para restringir o acesso aos serviços somente à população residente para atender os requisitos de funcionalidade (número de lugares disponíveis, financiamento limitado, recursos humanos insuficientes). Em segundo lugar, o critério geográfico ajuda a repartir os usuários dos serviços entre as organizações que atuam em parceria. E, por fim, isto pode ser um pré-requisito para a obtenção de subvenções diversas relacionadas a instituições que oferecem ajuda financeira de acordo com territórios específicos.

A intervenção baseada no território pode ser imposta de fora, por causa do papel preponderante que podem exercer os financiadores. No entanto, a escolha territorial pode igualmente ser voluntária. Assim, quando um serviço procura estabelecer ligações entre pertencimento e apoios aos seus utilizadores ou beneficiários, o que é o caso das organizações comunitárias, a referência ao território parece ser uma condição necessária para o seu sucesso. Além disso, a referência geográfica parece uma garantia de qualidade do serviço ofertado, porque a proximidade geográfica garante a proximidade social e uma resposta mais adequada às necessidades expressas (MORIN; ROCHEFORT, 2003).

No entanto, o bairro não é o único território de referência associado às Mesas de Concertação territoriais, mas é preciso levar em consideração o arrondissement, a cidade, a

região. Em certos casos, quando o bairro inclui vários subsetores (paróquias, antigos limites municipais, etc.), a participação pode desenvolver-se nesta escala. Por exemplo, Bassand (1992 apud MORIN; ROCHEFORT, 2003) sublinha como as identidades históricas (construídas no tempo), projetivas (criadas a partir de uma visão de futuro) e baseadas na experiência (com base nas práticas de atores) se sobrepõem para formar uma identidade local. Ou, quando estes três tipos de identidade se combinam no interior de um bairro objetivamente definido (nome conhecido por todos e com limites espaciais facilmente observáveis), diversas Mesas de concertação situadas no bairro delimitam seu território de ação em função disso. Ao contrário, quando um bairro possui limites fluidos ou ainda quando ele é chamado por vários nomes, estas imprecisões podem vir a dificultar o plano identitário e as referências territoriais são, então, múltiplas.

A participação de um serviço de “proximidade” na Mesa de Concertação territorial não gera necessariamente uma identidade de bairro. São os serviços para a ação global, como os do modelo das organizações comunitárias, que são mais propensos a se envolver nas Mesas de Concertação de bairro, porque esta participação lhes parece necessária para facilitar o intercâmbio de informações, o desenvolvimento de estratégias comuns e a sinergia com outras organizações do bairro para atender com eficácia as necessidades dos usuários (MORIN, ROCHEFORT 2003).

Os indivíduos que vivem em um mesmo território, por exemplo, no mesmo bairro, formam uma comunidade. As pessoas são ligadas umas às outras pela proximidade geográfica e pela vizinhança. Elas podem estar também ligadas por laços de parentesco, por sua profissão, pelas condições socioeconômicas, etc. Todos estes lugares constituem redes onde se criam relações de interdependência. Nestas comunidades estão enraizados os Centros Comunitários de Lazer. Uma pessoa pode, assim, pertencer a uma comunidade geográfica e fazer parte de várias outras redes. Essas são geralmente redes sociais flexíveis, descentralizadas e informais de ajuda mútua. Elas constituem os mecanismos primeiros e naturais de resposta às necessidades individuais, familiares e sociais das pessoas (FQCCL, 2004, Dossiê s/n).

Os movimentos comunitários em Montreal são indissociáveis da questão territorial. A participação comunitária remonta aos anos 1900, quando Alphonse Desjardins criou um grande movimento cooperativista e, paralelamente, o envolvimento comunitário já era fortemente encorajado pelas organizações próximas à Igreja Católica, como a Juventude Estudantil Cristã e a Juventude Operária Cristã.

Em meados dos anos 1960, o processo de desenvolvimento vivido por Montreal, e mesmo por todo o Quebec, está de alguma forma associado aos grupos comunitários que – durante a ascensão do movimento de “animação social” já mencionado – começaram a ser implementadas em certos bairros urbanos e em algumas comunidades rurais do Quebec. Em Montreal a primeira organização comunitária desenvolveu-se no bairro Saint-Henri, em 1963, tendo por objetivo inicial melhorar os serviços de lazer e de educação para os residentes do bairro (Relatório Tamarack, 2008).

Esse processo acabou inspirando outros bairros, como Pointe-Saint-Charles, que no decurso dos anos 1960 e 1970 fazia parte das comunidades de Montreal mais marcadas pelo

empobrecimento, semelhante a outras regiões urbanas tocadas pela desindustrialização que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Então, inspirados na experiência de Saint-Henri, os cidadãos em 1965 começaram a se organizar e criaram numerosas organizações dirigidas pela própria comunidade, como uma “casa de bairro”, uma clínica comunitária de serviços de saúde e outra de serviços jurídicos e um centro de educação popular. Nos anos 1970, ainda implementaram uma cooperativa alimentar e uma cooperativa de habitação (Relatório Tamarack, 2008). Essas iniciativas ainda inspiraram dois outros bairros centrais de Montreal: Centre-Sud e Hochelaga-Maisonneuve.

Para Lévesque (2001a) o território como espaço de vida compartilhado seria um projeto diferente de outros que têm prazo de validade, pois, permitiria estabelecer relações entre o curto, o médio e o longo prazo e, igualmente, entre diferentes gerações. A responsabilidade pelo território suporia uma visão de longo prazo, de tal maneira que se fosse preciso, se seria capaz de recusar projetos que à primeira vista parecessem interessantes mais que pudessem vir a comprometer o futuro das próximas gerações.

Este enfoque teórico espacial permite pensar a ação coletiva em termos de relação com o território e de acesso à cidadania.

Concordar-se-á com Melucci (1997), quando diz que seria ilusório pensar a democracia simplesmente como uma competição por acesso a recursos governamentais. A democracia em sociedades complexas exige condições que permitam aos indivíduos e aos grupos sociais de se afirmarem e de serem reconhecidos pelo que eles são ou pelo que eles gostariam de ser. Em outras palavras, a democracia exige condições que facilitem o reconhecimento e a autonomia de projetos individuais e coletivos de produção de sentido na vida cotidiana.

As condições necessárias a uma tal democracia, continua Melucci (1997), incluem espaços públicos independentes de instituições governamentais, de sistema de partidos e de estruturas estatais. Estes espaços tomam a forma de um sistema articulado de tomada de decisão, de negociação e de representação, nos quais as práticas desenvolvidas na vida cotidiana possam se exprimir e ser compreendidas independentemente de instituições políticas formais.

Assim, para autores como Klein et al. (2010), a luta territorial contra a pobreza e a exclusão deve contar com a presença forte do Estado, mas esta deve ser flexível, adaptável as realidades locais, deve favorecer as ações em rede que possibilitam a diversificação dos projetos e a aproximação dos atores de diversos níveis. Afinal, se a pobreza e a exclusão resultam de uma série de fatores, as alternativas para sair delas devem combinar também diversos tipos de ação. Mesmo para as organizações comunitárias não há apenas uma maneira de intervir para o desenvolvimento local:

Para a organização comunitária, ao termo de várias décadas de práticas do desenvolvimento, apareceram diferentes maneiras de intervir no próprio desenvolvimento local. Existe, depois de 1996, uma situação onde cohabitam diversas práticas de desenvolvimento local no campo da

organização comunitária. Quanto mais [o tempo avança], mais os contornos destas práticas tornam-se difíceis de traçar (..) (COMEAU, 2007, p. 72).

Neste ambiente, a participação cívica se tornou uma estratégia de sobrevivência a fim de reagir às consequências da recessão mundial. Ao longo dos anos 1970 e 1980, as organizações comunitárias multiplicaram-se no Quebec e, particularmente, em Montreal, como já abordado de forma mais detalhada anteriormente. Como exemplo, 12 sociedades de desenvolvimento comunitário foram estabelecidas em Montreal em meados dos anos 1980, geridas pela comunidade e apoiadas por vários níveis governamentais e serviços sociais efetuados na escala da comunidade (Relatório Tamarack, 2008).

Segundo Bourque (2012), as Mesas de Concertação de Bairro (ou outras instâncias similares) multisetoriais e territoriais apareceram em Montreal ainda no início dos anos 1980. Foram elas que permitiram coordenar os esforços, aumentar a eficácia das intervenções de cada um dos atores participantes e de se imbuir de poder frente aos problemas locais e aos poderes centrais (ministérios, Prefeitura, etc.). Assim, as práticas de concertação territorial se apresentam como um quadro de reorganização institucional cujo principal recurso é de aproximar as decisões públicas dos próprios lugares de onde emergem as necessidades. Nestas instâncias os cidadãos passam a planejar e conceber políticas e programas públicos.

As organizações no Quebec, quase sempre, fazem parte de uma associação, de uma federação, ou de um reagrupamento regional ou nacional. As organizações investem seu tempo e seu dinheiro para se reunirem e para participarem das diversas atividades de seu setor. Nesse sentido, a concertação teria como seu principal objetivo juntar esforços e não desperdiçar recursos no cumprimento de sua missão, que estaria associada ao desenvolvimento de saberes, à consolidação de organismos e à melhoria na qualidade de vida da população.

No Quebec salta aos olhos a questão do associativismo, a grande quantidade de pessoas envolvidas em organizações comunitárias, tanto organizações de base, trabalhando diretamente na/com e/ou pela/para as comunidades, quanto a quantidade de associações, reagrupamentos, e até mesmo, 'reagrupamentos de reagrupamentos', mesas de concertação setoriais, multisetoriais, comunitárias, públicas.

Essa teia surpreendente é dificilmente apreendida apenas na literatura, pois, não há uma configuração única. Como destaca Bourque (2010), a concertação e a parceria, como são desenvolvidas no Quebec, seriam práticas polimorfas, e estas várias formas podem se articular em torno de uma problemática, em torno de um ciclo de vida ou de uma população-alvo, ou, ainda, em função de um território. A questão territorial é particularmente interessante do ponto de vista do desenvolvimento de comunidades, pois, ela favoreceria um enfoque global do próprio meio que as pessoas vivem. O nível territorial, adverte Bourque (2010), implica necessariamente na participação dos atores de diferentes setores como da saúde, dos serviços sociais, das municipalidades, das comissões escolares, do desenvolvimento econômico, etc.

O Modelo de gestão quebequense é uma configuração social que se baseia em boa parte sobre a concertação, mas não somente entre sindicatos e patronato, como ocorreu a partir dos anos 1960, mas igualmente envolvendo outras temáticas e outros setores da sociedade civil, principalmente a partir da crise econômica dos anos 1980 (KLEIN et al 2010).

Segundo Fortier (2003) a concertação, entendida como “um processo pelo qual as partes interessadas são convidadas a discutir umas com as outras para chegar a um acordo sobre um problema comum”, é uma prática recorrente e generalizada entre numerosas organizações e entre estas e a administração pública. O que fica evidenciado é que a concertação faz parte do cotidiano desses profissionais e é considerada essencial para a prestação de serviços de qualidade à comunidade.

Buscar compreender o funcionamento deste aparato de concertação não é tarefa fácil e talvez não seja viável compreendê-la completamente nem mesmo para um montrealense. Alguns atores sociais dominam o funcionamento da concertação em seu setor, por exemplo, no ambiental, no econômico, no cultural e assim, por diante. Outros atores teriam o domínio do funcionamento da concertação em seu bairro. Há algumas organizações que estabelecem uma relação apenas com sua Federação, deixando que esta a represente nos espaços de concertação, já outras participam diretamente desses espaços.

Os atores sociais que, talvez, pudessem ter um olhar mais abrangente e multissetorial sobre esta teia de concertação seriam os representantes das Mesas de Concertação de Bairro e os Diretores dos Arrondissements. Mas, ambos, podem não ter um alcance maior em uma concertação setorial que abranja toda a cidade e, que portanto, seja muito mais ampla do que a abrangência territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento quebequense não pode ser considerado uma alternativa ao capitalismo, adverte Lévesque (2004b), afinal este modelo de governança compartilhada, tal como experimenta o Quebec, é uma forma de capitalismo, caracterizado pela economia de mercado, embora com a especificidade de que nele diversos componentes da sociedade civil ocupam um espaço importante em várias instâncias.

Logo, os movimentos sociais urbanos em Montreal acabaram por revelar novos conflitos, novas correlações de força e novos mecanismos de regulação entre Estado, mercado e sociedade civil.

Foram os movimentos sociais urbanos que suscitaram um novo dinamismo social, que começou em alguns bairros de Montreal e expandiu-se para toda a cidade e em seguida para outras cidades da Província do Quebec.

Neste tipo de governança vislumbra-se a importância da configuração territorial para a promoção do desenvolvimento local e da formulação de respostas práticas na escala do bairro, caracterizada por uma parceria com os poderes públicos, com o meio empresarial, com os sindicatos e com os atores do meio comunitário.

A efervescência política advinda dos movimentos sociais urbanos criou as condições para o desenvolvimento de uma economia plural na qual passaram a atuar a esfera pública, a esfera privada, a economia social e a ação econômica dos próprios movimentos sociais, por vezes, separadamente, por vezes associadas e/ou combinadas.

A lógica territorial apresenta elementos fundamentais, pois, como afirmam Germain et al. (2004), é sobre esta base que se definem as solidariedades e que se estabelecem objetivos comuns. Assim, foi a partir da questão territorial que se construiu uma matriz de confiança que atravessou os setores de intervenção e os diferentes tipos de organismos, contribuindo para a trajetória da ação coletiva em Montreal destacando a importância dos vínculos socioterritoriais.

REFERÊNCIAS

- 211 Grand Montréal. Répertoires des organismes communautaires et sociaux Disponível em <https://www.211qc.ca/repertoire>. Acessado em 10 de novembro de 2018.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In Revista Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- BOUCHARD, M., LÉVESQUE, B.; ST-PIERRE, J. 2005. Modèle québécois de développement et gouvernance: entre le partenariat et le néolibéralisme? Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).
- BOURQUE G. L., LÉVESQUE, B. 1999. Le modèle québécois en question. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).
- BOURQUE, D. Concertation et partenariat. Quebec, PUQ, 2010.142 p.
- COMEAU, Y., FAVREAU, L. 1999. Développement économique communautaire: une synthèse de l'expérience québécoise. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).
- CÔTÉ, Denyse.; SIMARD, Etienne. De l'utopie radicale à la bonne gouvernance: le cas du Québec. AmeriQuests, 7(1): 2010, p. 42-53.
- CÔTÉ, Denyse; SIMARD, Etienne. 2011. Inovações sociais e governança regional no Quebec: que lugar resta aos novos movimentos sociais? Ciências Sociais Unisinos. 47(1): janeiro/abril 2011, p. 25-33.
- FAVREAU, L. 1995. Repenser le mouvement communautaire dans une perspective d'économie solidaire: une hypothèse de renouvellement de la problématique et de la politique du développement communautaire et de l'économie sociale au Québec. Montreal : Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).

- FAVREAU, L. 2003. Développement des territoires: nouvelle approche du développement régional? Chaire de recherche du Canada en développement des collectivités (CRDC). Série Développement régional no. 1. Université du Québec en Outaouais. Mars 2003
- FAVREAU, L. 2005. Qu'est-ce que l'économie sociale? Synthèse introductive. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).
- FONTAN, J-M, J-L KLEIN et D-G TREMBLAY. 2001. Mobilisation communautaire et gouvernance locale. Politique et société, vol. 20, n. 2-3, 2001.
- FONTAN, J.-M., HAMEL, P., MORIN, R., SHRAGGE, E. 2006. Le développement local dans un contexte métropolitain : la démocratie en quête d'un nouveau modèle ? Politique et Sociétés, vol. 25, n° 1, 2006, p. 99-127.
- FORTIER, Julie. 2009. Contribution de la concertation à la démocratisation de la gestion municipale: le cas de la ville de Trois-Rivières. Tese (Doutorado em Estudos Urbanos). Université du Québec à Montréal, Montreal.
- FORTIN, Andrée. "Notes sur la dynamique communautaire". Nouvelles pratiques sociales, 1994, vol. 7, n. 1, p. 23-32.
- FQCCL, 2004, dossiê s/n – L'approche Communautaire en Centre Communautaire de Loisir. nov. 2004. Coleção Dossiês FQCCL.
- FRÉCHETTE, Lucie. "Le loisir communautaire et le développement social", dans L. Favreau, M. Robitaille et D. Tremblay (dir.), Quel avenir pour les régions, Gatineau, CRDC-Université du Québec en Outaouais, 2002a. p. 277-288.
- GERMAIN, A. MORIN, R. et SÉNÉCAL, G. 2004. L'évolution du mouvement associatif montréalais : un retour au territoire programmé par l'État ? Lien social et Politiques, n° 52, 2004, p. 129-138. <http://id.erudit.org/iderudit/010595ar>
- HAMEL, Pierre. 1995. Mouvements urbains et modernité: l'exemple montréalais. Recherches sociographiques, vol. XXXVI, no 2, pp. 279-305.
- HAMEL, Pierre, MAHEU, Louis et Jean-Guy VAILLANCOURT. 2000. Repenser les défis institutionnels de l'action collective. Politiques et Sociétés, vol. 19, no 1, pp. 3-25.
- JETTÉ, C. 2007. La reconnaissance du secteur associatif par l'état québécois. Informations sociales 7/2007 (n° 143), p. 88-96.
- KLEIN, J.-L, FONTAN, J.-M, HARRISON, D., LÊVESQUE, B. 2009. L'innovation sociale au Québec: un système d'innovation fondé sur la concertation. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0907).
- KLEIN, J.-L, FONTAN, J.-M, HARRISON, D., LÊVESQUE, B. 2009. L'innovation sociale au Québec. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).

- KLEIN, J.-L, FONTAN, J.-M, SAUCIER, C. TREMBLAY, D.-G, TREMBLAY, P.-A, SIMARD, M. 2010. Les conditions de réussite des initiatives locales de lutte contre la pauvreté et l'exclusion qui mobilisent des ressources de l'économie sociale. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).
- LÉVESQUE, B., L. BOURQUE, G. et VAILLANCOURT, Y. 1999. Trois positions dans le débat sur le modèle québécois. Nouvelles pratiques sociales, vol. 12, n° 2, 1999, p. 1-10.
- LÉVESQUE, B. 2001a. Le développement régional et local, avant et après la mondialisation. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).
- LÉVESQUE, B. 2001b. Le modèle québécois: Un horizon théorique pour la recherche, une porte d'entrée pour un projet de société? Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).
- LÉVESQUE, B. 2001c. Le partenariat: une tendance lourde de la nouvelle gouvernance à l'ère de la mondialisation: enjeux et défis pour les entreprises publiques et d'économie sociale. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).
- LÉVESQUE, B. 2004. Le modèle québécois et le développement régional et local : vers un néolibéralisme et la fin du modèle québécois? Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).
- LÉVESQUE, B. 2006. Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale : quelques éléments de problématique. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES).
- MELUCCI, A. 1991. Qu'y a-t-il de nouveau dans les 'nouveaux mouvements sociaux' ? in Aheu, L. et Sales, A., (dirs.), La recomposition du politique, Montréal, Les Presses de l'Université de Montréal, pp. 129-162.
- MELUCCI, A. 1997. Identité et changement: le défi planétaire de l'action collective. In Au-delà du néolibéralisme: quel rôle pour les mouvements sociaux ? (Sous la direction de Klein, J.-L., Tremblay, J.-L. et H. Dionne) Sainte-Foy, Qc. Presses de l'Université du Québec, 1997, pp : 9-20
- MORIN, Richard; ROCHEFORT, Michel. "Quartier et lien social: des pratiques individuelles à l'action collective" Lien social et politique, 1998, n. 39, p. 103-114.
- MORIN, Richard; ROCHEFORT, Michel. "L'apport des services de proximité à la construction d'une identité de quartier: analyse de services d'économie sociale et solidaire dans trois quartiers de montréal". Recherches sociographiques, 2003, vol. 44, n.2, 2003, p. 267-290.
- Portal Montreal Disponível em
http://ville.montreal.qc.ca/portal/page?_pageid=5798,85041649&_dad=portal&_schema=PORTAL Acessado em 20 de outubro de 2018.

Relatório Tamarack, 2008. La transformation de Quartier et le rôle de Centraide du Grand Montréal dans le quartier Saint-Michel. Montreal: InstituteTamarack, 2008.

RIVARD, Mathieu; FROHN, Winnie. 2001. La place des groupes communautaires dans le nouvel environnement politique et administratif sur l'île de Montréal. Réseau Villes Régions Monde, 2001. 11 p. Disponible em http://www.vrm.ca/documents/Rivard_Frohn.pdf Acessado em 12 de março de 2013.

SÉNÉCAL, G., CLOUTIER, G., HERJEAN, P. 2008. Le quartier comme espace transactionnel : l'expérience des Tables de concertation de quartier à Montréal. Cahiers de géographie du Québec, vol. 52, n° 146, 2008, p. 191-214.

VAILLANCOURT, Y. et FAVREAU, L. 2000. Le modèle québécois d'économie sociale et solidaire. In

<http://www.unites.uqam.ca/econos/CHERCHEURS%20modele%20quebecois%20Vaillancourt%20Favreau.pdf> Acessado em 15/02/2011

VAILLANCOURT, Y. 2008. Note de recherche sur l'apport de l'économie sociale dans la coproduction et la coconstruction des politiques publiques. Montreal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0801)

VALE, M. Existirá um Modelo Quebequense de Reestruturação Económica? Lisboa Finisterra, XLII, 83, 2007, pp. 133-136.